

Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Sidney Luiz de Matos Mello

VICE-REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Aníbal Francisco Alves Bragança (presidente)

Antônio Amaral Serra

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Charles Freitas Pessanha

Guilherme Pereira das Neves

João Luiz Vieira

Laura Cavalcante Padilha

Luiz de Gonzaga Gawryszewski

Marlice Nazareth Soares de Azevedo

Nanci Gonçalves da Nóbrega

Roberto Kant de Lima

Túlio Batista Franco

DIRETOR

Aníbal Francisco Alves Bragança

Bianca Imbiriba Bonente

**Desenvolvimento em Marx
e na teoria econômica:**
por uma crítica negativa do
desenvolvimento capitalista



Copyright © 2012 Bianca Imbiriba Bonente

Copyright © 2016 Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Direitos desta edição reservados à
Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja
Icaraí - Niterói, RJ - Brasil
CEP 24220-900
Tel.: +55 21 2629-5287
www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2016
Foi feito o depósito legal.

SUMÁRIO

Apresentação, 7

Introdução, 17

PARTE I – POR UMA TEORIA ONTOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO, 27

Capítulo 1 – Leis gerais de desenvolvimento da sociedade: historicidade e desigualdade do desenvolvimento, 31

Seção 1.1 As leis gerais de desenvolvimento da sociedade, 32

Seção 1.2 Historicidade e desigualdade do desenvolvimento, 35

Seção 1.3 Linhas gerais de desenvolvimento do ser social: considerações finais, 40

Apêndice I – Esclarecimentos sobre a categoria desenvolvimento desigual, 46

Capítulo 2 – Lei geral da acumulação capitalista: dinâmica autoexpansiva, desenvolvimento e estranhamento, 49

Seção 2.1 Leis gerais de desenvolvimento da sociedade capitalista, 50

Seção 2.2 Considerações sobre o desenvolvimento capitalista e suas contradições, 55

Apêndice II – Desenvolvimento capitalista e mercado mundial, 63

Capítulo 3 – O desenvolvimento capitalista e suas particularidades, 69

Seção 3.1 A assim chamada “Era de Ouro do capitalismo”, 71

Seção 3.2 A crise dos anos 1970 e a contrarrevolução conservadora, 81

Seção 3.3 O desenvolvimento capitalista e suas particularidades: considerações finais, 98

Apêndice III – Notas sobre a complexidade da dinâmica capitalista, 101

PARTE II – TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: POR UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA, 105

Capítulo 4 – Os modelos “prototípicos” de crescimento econômico: Harrod, Domar e Solow, 109

Seção 4.1 Crescimento equilibrado e instabilidade nos modelos de Harrod e Domar, 112

Seção 4.2 A estabilidade do crescimento no modelo de Solow, 118

Seção 4.3 Considerações finais, 122

Capítulo 5 – Teorias clássicas do desenvolvimento (I): estratégias de industrialização para as regiões subdesenvolvidas, em geral, 125

Seção 5.1 Círculo vicioso da pobreza e estratégia de crescimento equilibrado, 126

Seção 5.2 Causação circular acumulativa e estratégia de crescimento desequilibrado, 135

Seção 5.3 Rostow e o manifesto não comunista: uma síntese do debate?, 140

Seção 5.4 Considerações finais, 147

Capítulo 6 – Teorias clássicas do desenvolvimento (II): em defesa da industrialização na América Latina, 151

Seção 6.1 O “sistema centro-periferia” e a deterioração dos termos de troca, 153

Seção 6.2 Em defesa da industrialização na América Latina, 158

Seção 6.3 Considerações finais, 163

Capítulo 7 – As tendências do debate sobre desenvolvimento no pós-1970, 167

Seção 7.1 A requalificação do debate sobre desenvolvimento, 170

Seção 7.2 O dilema “Estado x Mercado”, 178

Seção 7.3 Considerações finais, 184

Conclusão, 187

Referências, 197

Agradecimentos, 205

Apresentação

Novas lições sobre um velho tema: desenvolvimento, agora (de fato) examinado desde uma perspectiva marxista

*João Leonardo Medeiros**

Em muitas ocasiões, a etimologia de um termo empregado cotidianamente presta-se ao importante papel de abrir uma fenda no senso comum, evidenciando que os vocábulos e seu conteúdo são construções históricas e, como tais, passíveis de mudança. Ao fazê-lo, a etimologia não apenas funciona como corretivo crítico do senso comum, mas faculta o reconhecimento de um sentido geral e mais abstrato (e não historicamente específico) de uma palavra ou expressão.

Tomemos a palavra desenvolvimento, partindo, entretanto, de seu sentido cotidiano, associado ao trânsito processual desde um estado menos evoluído para um estado mais evoluído do que quer que seja. O movimento em si é usualmente percebido como algo positivo, como um *bem*, uma condição a ser alcançada e, se possível, promovida. É verdade que, normalmente, ninguém julga positiva a evolução de um câncer. Mas desenvolvimento artístico, cultural, humano são expressões que capturam o significado dominante que a palavra desenvolvimento indubitavelmente possui.

Não parece absurdo sugerir que este sentido corrente de desenvolvimento baseie-se na lógica da economia do atual período histórico, uma economia em que o trânsito pelo tempo tem direção causalmente determinada pela própria dinâmica implicada pela estrutura produtiva. Entre hoje e amanhã, a tendência de uma economia capitalista é de aumento da riqueza produzida sob a forma mercantil – isto é, em sua duplicidade de utilidade e preço (valor de uso e valor). A ausência de desenvolvimento ou

* Professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) da mesma instituição.

sua brusca interrupção são, por outro lado, justamente associadas ao tímido potencial de crescimento da riqueza produzida ou à brusca interrupção do crescimento.

Recorramos agora à etimologia da palavra desenvolvimento. Desenvolvimento, desenvolver, vem “de envolver, do latim *involvere*, envolver, antecedido do prefixo des-, indicador de negação, mas também de ação ou abundância, conforme o contexto: desnudar não é vestir; desfazer não é deixar de fazer (mas desmanchar, fazer outra coisa) [...]” (SILVA, 2014). Seguindo a explicação etimológica, o segundo prefixo (en-) do vocábulo desenvolver “indica ‘dentro’; o primeiro, des- contra-ria este, significando tirar do invólucro, como em ‘descobrir’ e ‘descascar’.” Isso significa, em síntese, que “o significado de desenvolver, desenvoltura, desenvolvimento e outras palavras assemelhadas é retirar algo que está impedindo a manifestação” (Ibidem).

Há, naturalmente, alguma relação entre o sentido originário da palavra desenvolvimento e seu significado atualmente predominante. Afinal de contas, o próprio estado evoluído ou não de um objeto da realidade depende não apenas de sua norma *interna* de funcionamento, mas também de constrangimentos *externos* que possam impedir ou limitar a expressão plena de suas possibilidades. Agora, se há algo que se revela pelo contraste entre o significado corrente do termo e a sua origem etimológica é a marcante presença do caráter de valor (no sentido ético do termo) que “desenvolvimento” atualmente possui. Como dito, em geral desenvolvimento é percebido como um processo positivo de explicitação do ser, sendo inclusive tratado como algo a ser promovido ou estimulado.

Se faz sentido, de fato, sugerir que o vocábulo desenvolvimento, do modo como atualmente interpretado, tem relação íntima com o processo evolutivo da economia capitalista, então seu sentido valorativo corrente só pode estar associado às formas de consciência que ajuízam o desenvolvimento capitalista. Tomando por base as interpretações científicas de tal processo, em particular aquelas das teorias econômicas do desenvolvimento, isso parece fazer todo sentido, por

basicamente duas razões. Primeiro porque, passando em revista a infinidade de teorias econômicas do desenvolvimento, é possível reconhecer em meio à imediata diversidade (pelo menos) um elemento comum: a percepção do desenvolvimento capitalista como limite do desenvolvimento social, como o estado a ser alcançado ou promovido, ainda que não haja consenso sobre a forma particular de capitalismo que pode ou deve ser tomada como avatar. Segundo, porque, de fato, *todas* as teorias econômicas do desenvolvimento percebem o desenvolvimento capitalista como um *bem* e, na prática, constroem-se como teorias a serviço de sua promoção.

A questão é que sendo uma formação social histórica, o capitalismo pode ser parteira de um desenvolvimento não capitalista, pós-capitalista, sendo sempre pertinente indagar sobre a necessidade ou possibilidade de conter a história em sua forma processual presente. Uma indagação como essa aponta para um plano mais abstrato de análise no qual o desenvolvimento capitalista não é previamente ajuizado como algo positivo (ou inexorável), mas sim como expressão da relação entre a norma de funcionamento (tendencial) interna do capitalismo e os constrangimentos externos que atuam sobre ela. Isso requer uma reconstrução crítica da ideia mesma de desenvolvimento que restaure o sentido mais geral apontado pela etimologia do termo.

Considerando o que foi dito, é possível agora confessar: esta lição sobre desenvolvimento não saiu da cartola a partir da leitura de um dicionário ou obra qualquer acerca da etimologia das palavras. Na verdade, trata-se de uma entre as várias lições aprendidas na leitura do livro que o presente texto propõe-se a apresentar: *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*, de Bianca Imbiriba Bonente. Aqueles que se dedicarem ao exame atento dos capítulos do livro, com o mínimo de interesse e humildade necessários para aprender, certamente tomarão dele esta e outras lições. Para deixar clara a profundidade e relevância do argumento apresentado na obra, tomemos algumas lições nela contidas.

Em primeiro lugar, o livro nos ensina ser possível reconhecer na obra de Marx aquele sentido geral e abstrato do vocábulo “desenvolvimento” que põe ênfase na explicitação objetiva das possibilidades contidas no próprio ser e não no ajuizamento externo deste processo. Em se tratando do desenvolvimento capitalista, isso quer dizer que

o capital é mais desenvolvido, quanto mais ampla a sua atuação. Ou seja, por mais contraintuitivo que pareça, o fato de o capital ampliar seu alcance territorial (tendência à formação do mercado mundial), penetrar nas mais distintas esferas da vida social (como, por exemplo, as artes, esportes, relações familiares, de afeto etc.) e atuar sobre um número maior de setores (como, por exemplo, aqueles originalmente conduzidos pelo Estado, nos quais a lucratividade é relativamente diminuta e o retorno é mais demorado), imprimindo, em todos esses casos, a sua lógica de funcionamento, significa que o capital se desenvolveu. (BONENTE, 2016, p. 99).

Parece simples e de fato é, mas só depois que alguém expressou esse entendimento nada imediato em tal simplicidade sintética, como o fez Bianca Bonente, inspirando-se em Marx. Isso conduz a mais uma lição contida na obra: desenvolvimento capitalista assim concebido não tem relação necessária com seu efeito sobre o conjunto da humanidade. O capitalismo torna-se mais desenvolvido quando a sociedade torna-se mais capitalista, quando os constrangimentos à atuação do capital são eliminados e sua lógica evolutiva contraditória avança intensiva e extensivamente no tecido da vida social. Isso pode ser facilmente percebido pelo conteúdo corrente da palavra crise, sempre associado à interrupção de uma trajetória de crescimento da produção (em geral, medida pelo PIB). Mesmo que, antes e depois da “crise”, tudo mais desmorone – o meio ambiente, as condições da convivência cotidiana, a possibilidade de subsistência digna da maioria absoluta da população mundial – só se constata a interrupção do desenvolvimento e, portanto, a

crise, quando a produção de mais-valor reduz seu ímpeto. Em suma: “Falar sobre o desenvolvimento da produção capitalista significa falar sobre a operação de suas leis em escala global. O fato de esse desenvolvimento envolver disparidades materiais apenas comprova o caráter contraditório da dinâmica capitalista, em lugar de negá-la.” (BONENTE, 2016, p. 69).

Partindo desta noção de desenvolvimento abstrata, geral, objetiva, o livro nos ensina a passear por diferentes níveis de abstração, especialmente do universal ao particular. No plano universal, aprendemos sobre as condições historicamente transcendentais (i.e., propriamente gerais) do desenvolvimento da sociedade, que a autora reconhece a partir de uma leitura inspirada da *Ontologia do ser social* de György Lukács (2012; 2013). Considerando a complexidade do processo histórico e a diversidade da vida social, não surpreende que as tendências gerais de desenvolvimento não passem de três: a “crescente sociabilidade, a diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução humana e a constituição da consciência genérica”. (BONENTE, 2016, p. 189).

O argumento move-se adiante pela tentativa de demonstrar como essas tendências gerais do desenvolvimento social articulam-se com tendências particulares que em si caracterizam o funcionamento da sociedade regida pelo capital. É neste momento do livro que a análise clássica de Marx em *O capital*, particularmente de seu Livro I (MARX, 2013), comparece com mais peso, pois Bonente, corretamente em nosso juízo, compreende que o grande mérito de Marx foi ter concentrado sua atenção em determinações que conformam a norma geral do desenvolvimento capitalista (e não as condições particulares do capitalismo inglês, ou do século XIX, ou de livre concorrência etc. etc. etc.), tomando-as exatamente como aquilo que são em si: tendências universais.¹

¹ O termo tendência denota um tipo de legalidade (1) não empírica, mas que se manifesta empiricamente, como a lei da gravidade; e (2) não teleológica, mas baseada *não teleologicamente* em práticas teleológicas espontaneamente articuladas entre si, como a própria lei da queda da taxa de lucro reconhecida por Marx (2013, p. 29).

Ao descer uma vez mais o plano de abstração, o livro traz mais uma lição: a de que o capitalismo contém possibilidades muito diversas de operação daquela configuração geral de seu desenvolvimento. O propósito, neste caso, é demonstrar que, para além de sua configuração geral, “a produção capitalista é caracterizada por tendências particulares, circunscritas historicamente a condições específicas de reprodução sistêmica, que permitem delimitar fases de seu desenvolvimento” (BONENTE, 2016, p. 70). Reconhecendo que o estudo das determinações particulares que caracterizam as fases de desenvolvimento do capitalismo exige em si um esforço singular, Bonente limita-se a cotejar duas formas assumidas pelo capitalismo no século XX, ressaltando suas determinações mais claramente distintivas. Isso é feito nas seções 3.1 e 3.2, que comparam a feição peculiar assumida pelo capitalismo em sua assim chamada “Era de Ouro” com a forma aparentemente mais clássica assumida no longo período de crise pós 1970 – o período usualmente designado neoliberal.

Com a comparação entre fases diversas assumidas pelo capitalismo no século XX, o livro encerra sua primeira parte, justamente voltada ao exame das tendências (das mais gerais às particulares) que caracterizam o desenvolvimento social na era capitalista. A Parte II do estudo assume essa análise do desenvolvimento como fundamento de um contraste crítico que permite reconhecer a modalidade característica de análise do mesmo objeto pelas ditas “teorias econômicas do desenvolvimento”. Para leitores menos pacientes com as limitações e a parcialidade da ciência econômica, principalmente os marxistas, trata-se indubitavelmente de um anticlímax. Saem de cena pensadores como David Harvey, Moishe Postone, Ricardo Antunes, Mario Duayer e, principalmente, György Lukács e Karl Marx e entram Arthur Lewis, W. W. Rostow, Robert Solow, Roy Harrod, Amartya Sen entre muitos outros que elaboram suas ideias no mesmo campo e plano. Os que bravamente resistem a tal mudança de ambiente são brindados com mais algumas lições.

Por exemplo, é possível aprender como, na prática, funciona aquilo que Lukács chamou de “crítica ontológica” (LUKÁCS,

2012) e Roy Bhaskar de “crítica explanatória” (BHASKAR, 1998). Por isso se quer dizer uma crítica que não se limita à demonstração do caráter falso e/ou parcial de explicações alternativas (científicas ou não) sobre um objeto qualquer ou, ademais, à construção de uma explicação teórica alternativa que ressignifique o objeto. Trata-se, na verdade, de uma crítica que, além disso, busca explicar, com igual rigor e interesse, *a partir da realidade*, as determinações e processos que explicam a existência e a *necessidade social* das concepções rivais, falsas e/ou parciais como são, como interpretações correntes, principalmente quando tais concepções demonstram possuir eficácia prática.²

Assim são tomadas várias teorias econômicas do desenvolvimento. Sem perder de vista sua diversidade evidente, enfatizada nos tediosos e insípidos manuais sobre o tema, a análise de Bonente distingue-se por apontar seus pressupostos comuns. Mesmo (ou principalmente) a conhecida crítica das Economias Clássica e Neoclássica construída pela antiga Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) é examinada deste modo. No caso da Cepal, o que se revela por detrás de oposição teórica com seu adversário direto é a seguinte afinidade:

a despeito das particularidades, compartilham todas uma mesma noção de desenvolvimento (que toma como pressuposto a forma elementar de riqueza característica

² Tanto Lukács como Bhaskar reconhecem ser justamente esse o tipo de procedimento crítico adotado por Marx em todo o seu percurso intelectual. *O capital*, não por outro motivo subtintulado Crítica [e não Princípios] da Economia Política, não apenas toma a Economia Política como objeto de crítica, não apenas propõe uma explicação teórica alternativa para o mesmo objeto, como se preocupa em demonstrar que a economia capitalista não poderia reproduzir-se, dado seu caráter contraditório, sem uma ciência dedicada justamente à administração das contradições. Categorias próprias do senso comum e da Economia Política são, portanto, objeto de uma análise crítica que revela sua íntima conexão com a imagem que o objeto (economia capitalista) espontaneamente projeta de si, mas também sua importância decisiva para a preservação do objeto. O exemplo clássico desse procedimento crítico, a análise da forma salário, no Capítulo XVII de *O capital*, é apenas uma instância entre inúmeras contidas na obra de Marx.

do capitalismo), uma mesma estratégia de desenvolvimento (que toma como pressuposto o modo industrial de produzir) e um mesmo ideal de desenvolvimento (espelhado nos países capitalistas desenvolvidos). (BONENTE, 2016, p. 163).

Tomando a Cepal como referência, e fazendo uso da própria linguagem estruturalista, pode-se sugerir que existam “efeitos-encadeamento” – no caso, intelectuais – para trás e para frente. Se a Cepal reelabora a visão de mundo que toma o capitalismo como horizonte último da história humana de modo a torná-la mais adequada ao período excepcional em que o capital conclamou o Estado a salvá-lo de uma aguda crise de lucratividade, por outro lado, a reelaboração crítica das ideias da antiga Cepal por novos-neoclássicos travestidos de cepalinos ou não, além de novos pretensos heterodoxos, como Amartya Sen e outros, entrega uma formulação adequada ao novo período histórico pós-1960. O que se preserva, neste trânsito, é a noção de desenvolvimento capitalista como um *bem* e, por outro lado, a orientação da teoria no sentido de promovê-lo pela via política. Como diz a autora: “Socialmente justo, ambientalmente responsável, livre ou regulado: trata-se apenas de projetar para o futuro configurações diversas de uma mesma formação social (o capitalismo)” (BONENTE, 2016, p. 186).

São, enfim, muitas as lições do livro que tenho o orgulho de apresentar. Creio que aos leitores ficará imediatamente perceptível que se trata da divulgação do primeiro trabalho de uma pesquisadora e professora segura de suas convicções e conhecedora dos argumentos necessários para sustentá-lo. Como colega de trabalho, amigo e ex-orientador, realmente não posso deixar de expressar minha satisfação em constatar a precoce maturidade intelectual de Bianca Imbiriba Bonente, uma constatação certamente compartilhada por aqueles que já travaram contato direto com suas ideias. Que sejam essas as primeiras lições de muitas outras trazidas pela grande autora corajosamente lançada pela Eduff.

Referências

BHASKAR, Roy. *The Possibility of Naturalism*. London: Routledge, 1998.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: livro 1: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as coisas: origens e curiosidades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

Introdução

Não é de se estranhar que um autor polêmico como Marx suscite ainda hoje tantas releituras e interpretações, dos mais variados tipos e nas mais diversas áreas, desde aquelas decididas a apontar inconsistências e incorreções teóricas, até as que buscam, a partir de um resgate, avançar em pontos pouco explorados pelo autor, passando ainda pelas tentativas de sistematização (pretensamente isentas) geralmente encontradas em manuais e/ou livros-texto. Em uma inspeção rápida desse material, podem ser encontradas algumas leituras pertinentes (embora nem sempre corretas) e outras insustentáveis diante de um exame cuidadoso da obra do autor. Particularmente no que diz respeito à temática do *desenvolvimento*, uma leitura bastante difundida é aquela que atribui ao autor uma noção de desenvolvimento associada ao trânsito inexorável por etapas históricas bem definidas. De acordo com essa concepção, portanto, Marx estaria apresentando a história humana como uma sucessão de modos de produção (movida pelas contradições que se estabelecem entre *forças produtivas e relações de produção*, ou entre *base econômica e superestrutura*), cujo fim, ou estágio último, seria o comunismo (independentemente da forma como este é concebido).¹

Perspectivas desse tipo buscam amparo, por exemplo, em trechos do prefácio ao *Para a crítica da economia política*, em que Marx (1982, p. 26) fala de “relações de produção [...] que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das [...] forças produtivas materiais”, ou ainda em trechos do conhecido prefácio à primeira edição de *O capital*, em que Marx utiliza por diversas vezes o termo desenvolvimento, geralmente em referência aos casos inglês e alemão (tomados ambos, especialmente o primeiro, como “laboratórios de investigação”). Nesse particular, Marx (2002, p. 16 et seq.) faz afirmações como “o país desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”, ou mesmo,

¹ Uma síntese desta leitura, e das principais controvérsias por ela suscitadas, pode ser vista em Harris (1983).

“uma nação deve e pode aprender de outra. [...] não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu desenvolvimento”. Nas passagens mencionadas, portanto, Marx estaria comunicando aos conterrâneos alemães que o futuro de seu país poderia ser conhecido diretamente pelo exame do passado de um país mais desenvolvido: a Inglaterra. Como sintetizado no trecho que Marx extrai das *Sátiras* de Horácio: “*Quid rides? Mutato nomine, de te fabula narratur*”.²

Ainda que o emprego da palavra *desenvolvimento* nas passagens supracitadas tenha alimentado polêmicas, é possível encontrar inteligibilidades bastante diversas da questão dentro do mesmo ambiente teórico. Uma interpretação particularmente instigante encontra-se no trabalho póstumo do filósofo marxista G. Lukács (1979). Considerando o conjunto da obra e o sentido geral da *teoria social marxiana*, Lukács propõe que, com a palavra desenvolvimento, Marx tem por referência o aumento *objetivo* da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo (LUKÁCS, 1979, p. 54). Ou seja, “uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos” (MEDEIROS, 2007, p. 45).

No caso da sociedade (abstratamente considerada), esse aumento no grau de complexidade poderia ser traduzido no *crescimento da sociabilidade* em sentido extensivo (aumento da quantidade de componentes predominantemente sociais como elementos mediadores da vida em sociedade) e/ou intensivo (crescente complexidade dos componentes já existentes), tendência essa que Marx costumava caracterizar como *recuo das barreiras naturais*. Sobre as tendências que regulam a dinâmica de funcionamento da sociedade, Lukács (2007, p. 237 e 238 et seq.) menciona ainda o aumento das forças produtivas do trabalho (ou seja, a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução das condições de vida humana)

² “Está rindo do quê? Em outras palavras, a fábula fala de ti.”

e a formação do gênero humano, resultado das “ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originalmente pequenas e autônomas”.

No caso da sociedade em forma especificamente capitalista, desenvolvimento significa, seguindo a mesma lógica, a operação das leis que emanam da organização própria da economia regida pelo capital em sentido extensivo (isto é, para uma porção mais ampla do globo, submetendo uma quantidade maior de formações sociais e seres humanos) e/ou intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como as atividades artísticas, esportivas, relações afetivas etc.). O trânsito de um estágio mais baixo de desenvolvimento para um mais alto significa, portanto, a predominância mais ampla da lógica capitalista na existência social (e não a passagem do *pior ao melhor*, seja lá como esses estados possam ser definidos).

Se essa é, de fato, a maneira como Marx concebeu o desenvolvimento, então o desenvolvimento de que fala em *O capital* é o desenvolvimento do seu objeto de análise (a sociedade capitalista, cuja dinâmica é dominada por sua economia, como procura demonstrar a obra). Ademais, o fato de que Marx tenha procurado capturar a essência desse desenvolvimento mediante o enunciado de leis de tendência revela, por um lado, que o autor tem plena consciência de que o processo de desenvolvimento comporta histórias (isto é, trajetórias concretas, efetivas) bastante diferenciadas. Isso porque leis de tendências não são afirmações sobre sequências regulares de eventos, mas sim proposições sobre a capacidade causal de um determinado objeto do mundo, que pode ser exercida sem que os fenômenos causados se manifestem (em virtude da operação de tendências contrarrestantes). Naturalmente, isso confere à análise de Marx um caráter *post festum*, não preditivo. Por outro lado, a caracterização do processo de desenvolvimento mediante o enunciado de leis de tendência nitidamente revela o reconhecimento do caráter não teleológico da história em seu conjunto. Ainda que Marx destaque a teleologia como o aspecto distintivo da práxis humana, ele simultaneamente

caracteriza a dinâmica da sociedade como o resultado da articulação espontânea, não teleológica, dessas práticas.³

Com essas considerações, torna-se possível retomar as passagens de Marx citadas no início desta introdução, especialmente aquelas que tratam da relação entre Inglaterra e Alemanha. À luz da interpretação aqui defendida, pode-se sugerir que Marx considerava a Alemanha um país capitalista, mas com um grau de penetração do capital na vida social como um todo relativamente limitado em comparação com a Inglaterra. Por esse motivo, afirma que “além dos males modernos, oprime a nós alemães uma série de males herdados, originários de modos de produção arcaicos, caducos, com seu séquito de relações políticas e sociais contrárias ao espírito do tempo. Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos. *Le mort saisit le vif*. [O morto tolhe o vivo]” (MARX, 2002, p. 16 e 17).

Um indício claro desse raciocínio também pode ser encontrado na afirmação de que a Alemanha é menos desenvolvida que a Inglaterra por não contar com uma regulação jurídica das relações entre capital e trabalho, isto é, com uma estrutura jurídica compatível com a produção capitalista (ou ainda, com “relações de produção” correspondentes à “etapa determinada de desenvolvimento das [...] forças produtivas materiais”). Mais do que isso, ao afirmar que a Alemanha se desenvolveria como a Inglaterra, Marx não estava falando de eventos e fenômenos históricos concretos, mas sim do surgimento, naquele país, de um terreno favorável à operação das leis (econômicas) que caracterizam e governam a sociedade capitalista.

Na tentativa de esclarecer o motivo pelo qual julgamos necessário demonstrar que essa é efetivamente a noção de

³ Em *O capital*, essa diferença entre o caráter teleológico das práticas individuais e o caráter não teleológico do processo social em seu conjunto é salientada por diversas vezes. Um bom exemplo é a análise da prática dos capitalistas em processo de concorrência, realizada no Capítulo X do Livro I. Embora os capitalistas movam sua prática no sentido da extração de mais-valia extraordinária, do ponto de vista do processo em seu conjunto, o resultado de tais práticas é a redução do valor da força de trabalho (MARX, 2002, p. 368-370).

desenvolvimento carregada por Marx, é indispensável ainda contrastá-la com a noção de desenvolvimento convencionalmente aceita no campo da ciência econômica. Nesse caso, observamos que o desenvolvimento é entendido, em geral, como trânsito do “pior ao melhor”, o que envolve um juízo sobre condições pretéritas, presentes ou futuras, realizado com base em determinados critérios preestabelecidos. Ao lado dessa posição geral, está a noção de desenvolvimento como mero desdobramento de possibilidades postas pelo presente ordenamento social, colapsando o desenvolvimento da sociedade enquanto tal e o desenvolvimento capitalista (o que não chega a surpreender, pois, como se sabe, para a Economia a sociedade capitalista é o limite último de todas as teorias e práticas).

Os exemplos mais claros de conjugação das duas características apresentadas são, sem sombra de dúvida, oferecidos pelas *teorias econômicas do desenvolvimento*, tomadas como objeto do presente estudo. O surgimento desse conjunto de teorias é normalmente datado do período posterior à Segunda Guerra Mundial e marcado pelo fato de eles compartilharem uma mesma preocupação: explicar por que os diferentes países sustentam trajetórias históricas de crescimento distintas e propor saídas para os “menos favorecidos” – geralmente tratados como *subdesenvolvidos*.⁴ Como esperamos demonstrar ao longo deste estudo, essas teorias possuem diferenças e particularidades, tanto nos diagnósticos quanto nas prescrições, que não podem ser ignoradas. Ainda assim, o desenvolvimento é tratado, em geral, como a passagem de um estágio de privação material para um estado de pletora material, qualquer que seja o critério para avaliar essa transição (pelo produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.). Além disso, a formação social capitalista é tomada como um pressuposto, tanto na definição

⁴ Vale notar que há uma variedade de termos e eufemismos utilizados para tratar desse grupo de países: desde o próprio “subdesenvolvidos” até “deprimidos”, “periféricos”, “terceiro mundo” etc. Para facilitar a exposição, adotaremos prioritariamente o termo subdesenvolvimento, a não ser quando estivermos empregando a linguagem de um autor específico na exposição de suas ideias.

dos fins (objetivos primordiais do desenvolvimento) quanto na definição dos meios (isto é, das estratégias e requisitos necessários a essa passagem). Trata-se, portanto, como dito, de encarar o desenvolvimento como o eterno desdobrar do presente e, simultaneamente, de ajuizar esse processo, explícita ou implicitamente, como positivo.

Por que deveríamos recusar a noção de desenvolvimento veiculada pela ciência econômica, uma noção que conduz à identificação imediata de desenvolvimento com desenvolvimento *capitalista*? Pensemos, por um minuto, que Marx tinha razão. Admitamos que ele esteja correto quando procura demonstrar que o capitalismo não pode subsistir sem o exército industrial de reserva, que o capitalismo não pode prescindir da separação dos seres humanos em classes sociais (ou seja, da desigualdade), que nós não temos como controlar, mesmo pela ação do Estado, a dinâmica capitalista (isto é, que estamos subordinados à possibilidade de crises e de um uso destrutivo da natureza). Se esse argumento faz sentido, e nós estamos presos ao desenvolvimento capitalista, então nossa única alternativa seria desenvolver uma teoria da conformação universal, e, naturalmente, da administração da calamidade. Por outro lado, se percebemos o desenvolvimento capitalista como momento específico de um desenvolvimento mais amplo, então podemos ao menos nos questionar se devemos contribuir para a explicitação das leis que respondem pelo desenvolvimento capitalista, ou se devemos, no sentido contrário, esforçar-nos por transitar para outro modo de desenvolvimento.

Em segundo lugar, ainda partindo da premissa de que Marx tinha razão, se o desenvolvimento capitalista envolve, por necessidade, mazelas sociais e ecológicas, seria impossível que, junto às mazelas, não emergissem formas de consciência em diversos níveis (cotidiano, filosófico, científico etc.) que se ocupassem dessas mazelas, fosse para compreender suas causas e/ou propor soluções. Se as mazelas são mazelas em algum sentido, elas reclamam remédio, e as teorias que confundem desenvolvimento capitalista e desenvolvimento em-si enquanto tal tratam de oferecê-lo. Então, no fundo, essas teorias não

são apenas teorias, são ideias necessárias de um mundo que produz mazelas.

Diante desse panorama geral, podemos finalmente afirmar que o objetivo deste estudo é demonstrar que as teorias do desenvolvimento são única e exclusivamente teorias do desenvolvimento capitalista, ou seja, tomam o capitalismo (e apenas o capitalismo) como limite teórico e prático da sua intervenção e projetam a formação social capitalista (uma imagem dela, ao menos) como figura inexorável do futuro da humanidade. Para, primeiro, atestar e, depois, defender o nexo entre as teorias econômicas do desenvolvimento e a reprodução da sociedade capitalista, foi estabelecido um contraste entre os termos comuns dessas teorias e os elementos que caracterizam a análise do desenvolvimento em-si da sociedade capitalista encontrada na obra de Marx (segundo, é claro, a interpretação aqui defendida). O contraste evidenciou não apenas ser possível conceber o desenvolvimento da sociedade na sua atual configuração, como uma fase historicamente contingente do desenvolvimento social em geral, mas também confirmar a hipótese de que as teorias econômicas do desenvolvimento são manifestações teóricas do próprio desenvolvimento social na sua atual forma.

As páginas que se seguem apresentam, em duas grandes partes, os resultados do estudo. Na Parte I, buscamos defender a possibilidade de formulação de uma teoria do desenvolvimento *autenticamente ontológica* e definir de modo mais preciso o sentido do termo *desenvolvimento* dentro dessa perspectiva.⁵ Para tanto, essa parte encontra-se dividida em três capítulos, nos quais buscamos progressivamente diminuir o nível de abstração da análise: no primeiro, tratando das principais linhas de desenvolvimento da sociedade, abstratamente

⁵ O termo *ontologia*, empregado por diversas vezes ao longo deste livro, refere-se ao conjunto de considerações gerais sobre a realidade, sobre o ser, sobre o que existe em-si, uma visão geral de mundo, enfim, que constitui o pano de fundo para a interpretação dos diferentes momentos da existência natural e/ou social. O termo *ontologia* é dotado de uma “duplicidade semântica”, podendo referir-se tanto à realidade em si mesma, quanto às considerações sobre a realidade, duplicidade que também afeta as palavras “economia” e “história”, por exemplo.

considerada; no segundo, buscando a apreensão das linhas gerais de desenvolvimento da sociedade em forma especificamente capitalista, com especial atenção para aquelas tendências que determinam o caráter *autoexpansivo* dessa formação social; no terceiro, por fim, examinando a manifestação das leis anteriormente apresentadas em dois contextos históricos específicos (o período conhecido como “Era de Ouro do capitalismo” e aquele posterior à crise dos anos 1970), buscando, com isso, mostrar como a análise do desenvolvimento em si deve envolver o reconhecimento de que as tendências gerais são atravessadas por particularidades. A Parte I conta ainda com três apêndices, em que buscamos explorar algumas temáticas específicas, que, ao longo da pesquisa, apresentaram-se como complementos importantes à linha central de argumentação, cujo eixo encontra-se presente nos capítulos.

Cumprida esta etapa, a Parte II foi dedicada à inspeção crítica das *teorias econômicas do desenvolvimento*, que expressam de maneira mais clara a forma como o desenvolvimento é geralmente abordado no âmbito da ciência econômica. Considerando, no entanto, a proximidade inicial entre as temáticas do desenvolvimento e do crescimento econômico (por vezes tomados como sinônimos), julgou-se prudente iniciar a Parte II oferecendo, no quarto capítulo, um panorama geral dos *modelos de crescimento econômico* no período pré-1970. Para tratar das teorias do desenvolvimento produzidas no mesmo período (que, em virtude do “pioneirismo”, foram por nós intituladas teorias “clássicas” do desenvolvimento), foi necessário dividi-las em dois grandes grupos: aquelas que falam sobre as regiões subdesenvolvidas, em geral (apresentadas no quinto capítulo), e aquelas que tratam especificamente do caso latino-americano (apresentadas no sexto capítulo). O sétimo capítulo, por fim, busca apresentar as principais reorientações observadas no debate sobre desenvolvimento no período posterior à década de 1970.

Apenas para enfatizar, a inspeção crítica realizada ao longo da Parte II não tem como objetivo avaliar se as teorias do desenvolvimento, ao interpretarem os problemas dos países

subdesenvolvidos, produzem ideias melhores ou piores, quando comparadas umas com as outras. Ao contrário, espera-se demonstrar, através da identificação de elementos teóricos comuns, que as teorias sob análise encontram-se no interior do amplo conjunto de formulações ao qual se pretende dirigir uma crítica conjunta, fundamentada no arcabouço teórico da Parte I e apresentada na conclusão geral deste estudo.